

Resenha

A literatura como arquivo da ditadura brasileira



RESENHA: FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v10i18.39879>

Jonathan Kaefer Gomes da Costa

Mestrando em Ciências da Informação do PPGCI/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: jonathankaer@yahoo.com.br - ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-](https://orcid.org/0000-0002-6550-0175)

6550-0175

Testo recebido em 11/12/2019 e aceito para publicação em 13/01/2020.

A literatura como arquivo da ditadura brasileira escrito pela professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

na Universidade Federal do Fluminense, Eurídice Figueiredo é resultado de uma pesquisa feita desde 2014 com o especial auxílio do CNPq

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Figueiredo traz em seu livro um discurso crítico sobre as narrativas que tematizam a ditadura militar. Além das questões históricas, a autora chega a fazer uma reflexão sobre as consequências violentas da ditadura para os dias atuais. Figueiredo usa de diversos autores para trazer embasamento a sua análise com o intuito de encontrar nos rastros e fragmentos as condições de interpretações dos processos coletivos de trauma e sofrimento.

O livro está dividido em quatro capítulos assim nomeados: “Os arquivos do mal: memória, esquecida e perdão”; “A literatura sobre a ditadura: estratégias de escrita”; “K. de B. Kucinski: Kaddish por uma irmã desaparecida”; “Minha terra tem palmeiras... e me expulsaram de lá (Geração 1968)”.

No primeiro capítulo, Figueiredo parte da premissa de que o golpe de 1964 foi um atentado à legalidade e à Constituição, além de ressaltar que muitos lutaram contra a falta de liberdade imposta pelo novo regime. O fim deste é, para a autora, assombroso porque as autoridades do país deram carta branca a policiais e militares, muito deles verdadeiros psicopatas, simuladores de teatrinhos que descartavam corpos, além da “carta branca” o regime resultou também na promoção e condecoração de torturadores. Dentro da luta pela liberdade, a autora também aponta que mesmo aqueles que se opuseram ao regime, tanto nas Forças Armadas quanto na Justiça, foram perseguidos ou relegados na carreira em favor dos que cooperaram com a ditadura.

A autora afirma que a lei de anistia realizou uma promoção do esquecimento – oposto do trabalho da

memória e do arquivamento. Além disso, tal lei reforça um aspecto cultural do país de não se cultivar a memória política porque a anistia significou amnésia. A autora faz uma observação mais que válida ao afirmar que com a Anistia o país “se recusa a enfrentar o passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção”.

E o primeiro capítulo continua com um trabalho minucioso sobre outras publicações existentes cujo foco era a ditadura, levantando o destaque de que o arquivo não se confunde com a memória, pelo contrário, o arquivo existe no lugar da memória, pois ele é documento ou monumento daquilo que tendia a entrar para o esquecimento. Diante do esquecimento, Figueiredo aponta duas ordens sobre ele: o esquecimento individual e o esquecimento coletivo. Mas a autora

chega a propor soluções para os traumas que residem na necessidade de lembrar e reviver o trauma através das palavras, ou seja, da narrativa, nas sessões de psicanálise ou através da escrita. Por que a escrita seria a maneira de tratar os traumas? Bom, a autora responde que o escritor trabalharia com os vestígios do passado e que mesmo que se trate de uma rasura, a escrita vai juntar e rearrumar os dados do passado, pois ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. Quem tentam escrever sobre o passado da ditadura se apoiam, de um lado, nas lembranças pessoais e familiares além das informações obtidas em diferentes arquivos.

O segundo capítulo do livro *A literatura como arquivo da ditadura*

brasileira traz o título de “A literatura sobre a ditadura: estratégias de escrita”. Capítulo que traz breves resumos e reflexões sobre obras literárias que tematizam a ditadura brasileira. Figueiredo pondera com a observação de Seligmann-Silva, *O local da diferença* (2015), de que não há dúvida sobre o caráter testemunhal da literatura que tematiza as catástrofes do século XX, e ainda acrescenta, citando Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz* (2008), que a etimologia da palavra “testemunha” reside também em *superstes* (aquele que viveu uma experiência sobre a qual pode testemunhar). Desse modo, dentre os textos analisados por Figueiredo no segundo capítulo os autores, na maioria dos casos, estão atuando como *superstes* – pessoa que testemunha sua própria experiência de militância e de perseguição política.

Figueiredo também defende que a ficção não é sinônimo de fantasia e imaginação, trata-se sim de uma estratégia ordenadora da linguagem com o objetivo de criar uma narrativa legível e compreensível. Portanto, o escritor ao se debruçar sobre a memória e sobre o arquivo, cria um testemunho pessoal da história além de escrever para um público mais amplo, encontrando no leitor um elemento ativo na transmissão da memória. Por fim, a divisão realizada entre as obras que tematizam a ditadura militar brasileira são assim estabelecidas por Figueiredo: primeiro período (1964-1979); o segundo período (1980-2000); o terceiro período que compreende os últimos anos.

No terceiro capítulo de *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* a autora traz uma análise sobre um dos livros que narram os

traumas da ditadura: *K*, de Bernardo Kucinski. Trata-se da história do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva, professora do Instituto de Química da USP, e de seu marido Wilson Silva, ambos militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional). Ana era irmã do autor e filha de Meir Kucinski – escritor que nasceu na Polônia em 1904 e emigrou para o Brasil em 1935. Wilson Silva foi colega de faculdade de Bernardo Kucinski, tendo sido através deste que Wilson conheceu Ana. O casal foi preso pelo delegado Sérgio Fleury durante o regime e anos depois o ex-delegado Cláudio Guerra, em depoimento que está no livro *Memórias de uma guerra suja*, revelou ter transportado os corpos do casal a fim de serem incinerados no forno da Usina Cambahyba, no Rio de Janeiro. A voz do personagem principal, *K*., revela toda a angústia de um pai que, após passar por um processo de

emigração forçado somado às perdas de familiares durante a ocupação dos nazistas na Polônia, encontra no Brasil um refúgio. Porém, é este novo refúgio que dará a *K*. suas últimas e grandes perdas: o desaparecimento da filha e do genro, e a falta de respostas do Estado brasileiro.

No capítulo “Minha terra tem palmeira... e me expulsaram de lá (Geração 1968)”, o último do livro, Eurídice elabora sua narrativa autobiográfica. Sua experiência de exílio após a prisão de seu namorado, Flávio, quando se tornou uma foragida do governo brasileiro. A autora-personagem revela que durante seus primeiros anos de exílio lhe ocorria vagas ideias de suicídio, chegando a conclusão de que no exílio se vive o luto da perda da referência maior que é o país natal. No fim do capítulo, a autora revela que sempre teve o desejo de escrever sobre suas

“peripécias” durante a ditadura militar brasileira, mas havia algo que a bloqueava de escrever esse texto.

Portanto, ao terminar a leitura prazerosa deste livro de linguagem clara e detalhes pontuais, só há o que se concordar com as palavras do professor Jaime Ginzburg ao afirmar que esta obra tem raras convergências entre qualidades analíticas, didáticas e expressivas, por isso faz dela única e necessária.